

VOTO DE SOLIDARIEDADE N.º 721/XIII

PELA RESOLUÇÃO PACÍFICA E DEMOCRÁTICA DA SITUAÇÃO NA VENEZUELA

A situação política, económica e social na Venezuela é insustentável. Na semana passada, a crise política chegou a um impasse quando, durante a mobilização de milhares de pessoas nas ruas em protesto, o Presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, assumiu a presidência interina do país até à convocação de novas eleições presidenciais. A resposta violenta das autoridades aos protestos já vitimou dezenas de pessoas, sendo inaceitável e totalmente condenável o uso da força contra protestos pacíficos.

Neste contexto de instabilidade, ao qual se acrescenta a grave crise social e económica do país que se arrasta há anos, é fundamental que a resolução do conflito político se faça pela via democrática, num processo pacífico e sem ingerências. Esta é a via à qual a União Europeia e Portugal têm apelado. Os países da UE reiteraram o não reconhecimento das eleições presidenciais de maio como livres e justas, confirmaram a sua confiança na legitimidade da Assembleia Nacional e apelaram à rápida convocação de eleições que reponham legitimidade democrática e estabilidade política ao país.

Portugal e a Venezuela têm laços de amizade e cooperação de há longos anos, expressos pela comunidade de mais de meio milhão de portugueses e lusodescendentes residentes na Venezuela. Devido à grave crise humanitária, com escassez de alimentos e medicamentos, mais de 3 milhões de pessoas abandonaram já o país, entre os quais milhares de portugueses.

Assim, a Assembleia da República, reunida em Sessão Plenária,

- Condena os atos de violência que vitimaram dezenas de pessoas em protesto pacífico, transmitindo o seu pesar e solidariedade às suas famílias;
- Manifesta toda a sua solidariedade para com a comunidade portuguesa residente na Venezuela, reconhecendo a importância das medidas que o Governo português tem implementado para o apoio e acompanhamento da nossa comunidade;



- Acompanha o apelo da União Europeia para uma resolução pacífica e democrática do conflito, considerando que apenas a realização de eleições poderá solucionar o conflito político atual.

Palácio de São Bento, 1 de fevereiro de 2019,

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista